

Holocausto, um negro fantasma que ronda o futuro de um povo indefeso

"Índio quer continuar vida de índio toda vida"
Txówárátxowi—Tapirapé

Esta frase mostra toda a filosofia indígena em relação à posse de sua terra. Faz parte do folheto do Conselho Indigenista Missionário e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, relativo à semana do Índio para este ano. Esse sentimento de posse, de respeito e resguardo à sua cultura, suas tradições, seus bens, têm colocado o índio numa situação de confronto com o branco ao longo dos tempos. Muitas vezes massacrado despojado, o silvícola tem encontrado, no entanto, alguns brancos (não muitos) que se dedicam à sua causa. É o caso, por exemplo, da antropóloga e fotógrafa Claudia Andujar, que vem dedicando sua vida à causa indígena, em especial à da Nação Yanomami.

Autora de um trabalho altamente técnico a respeito do assunto, Claudia é hoje uma das maiores autoridades em relação aos Yanomami. Na abertura de seu trabalho ela afirma que a área habitada pela Nação tem hoje cerca de 9.000 indígenas da família linguística yanomami e por 178 yekuana (conhecidos no Brasil por maiongong), de fala caribe. Segundo o linguísta Ernesto Migliazza, a família yanomami está dividida em, pelo menos, quatro línguas, cada uma com vários dialetos. Essas línguas são: sunamá ou ninam, yanomami e yanomam. Outras denominações pelas quais esses indígenas são conhecidos incluem: waikáá, xiriana, guaharibo, karimé, yanoama, xirixana, xamatarí etc. Ocupam a grande região montanhosa na fronteira entre o Brasil e a Venezuela e a população total, nos dois países, está estimada em torno de 20.000. Quanto aos yekuana, também habitantes da região limítrofe, contam com cerca de 2.000 pessoas, a maioria das quais vive na Venezuela.

O ponto de dispersão original da grande família linguística yanomami, de acordo com as suas tradições, teria sido a região da serra Parima, junto à qual se encontra hoje a maior concentração yanomami no Brasil.

A população yanomami no Brasil vive dispersa em no mínimo 149 malocas conhecidas no Território Federal de Roraima e no Estado do Amazonas, a maioria localizada ao norte do traçado da rodovia Perimetral Norte, na região do maciço das Guianas.

As pesquisas indicam que seriam necessários cerca de três mil anos para que a língua original dos yanomami se subdividisse nas quatro línguas modernas existentes atualmente entre eles. Uma vez que os falantes dessas quatro línguas vivem hoje relativamente



te próximos uns dos outros, supõe-se que originalmente os yanomami tenham ocupado um território bem maior do que o atual, que permitisse a dispersão geográfica e a consequente diversificação linguística.

É necessário tomar em conta o fenômeno desse processo histórico para entender a rede de alianças existentes e a necessidade de movimentação entre as comunidades aliadas, ou em procura de alianças, processo vital para manter viva a estrutura social e econômica.

O especial interesse em preservar o ambiente ecológico da região ocupada pelos yanomami motivou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a criar as seguintes áreas de proteção ambiental, abrangendo 29,4% do território yanomami:

1) Parque Nacional do Pico da Neblina, numa área estimada em 2,2 milhões de hectares no Estado do Amazonas.

2) Reserva Florestal do Parima, numa extensão estimada em 1,764 milhão de hectares no Território Federal de Roraima.

A iminência da ocupação econômica acelerada da região e a consequente ameaça aos índios yanomami acabaram determinando o surgimento de várias propostas de imitação, visando a proteção dos direitos dos índios, no que diz respeito à posse e ocupação de suas terras.

Existem 12 postos da FUNAI e 10 missões, 3 católicas e 7 protestantes, espalhados por vários pontos do território yanomami. Todas as missões, exceto Marauá, têm campo de pouso, como também o têm todos os postos da FUNAI, o PI AJARANI e a missão Ca-

trimani contam como via de acesso também com a rodovia Perimetral Norte. O PI do Demini é servido por uma pista de pouso na própria rodovia. Surucucus, Auaris e o PV Waicas são servidos, respectivamente, por aviões da FAB; os demais postos e missões, pelo avião da FUNAI e pequenos monomotores comerciais ou da missão Asas do Socorro. A partir das missões e postos da FUNAI, o acesso às demais malocas circunvizinhas pode ser feito a pé, ou, em alguns casos, parcialmente de canoa. Pela rodovia Perimetral Norte, aberta de 1974 a 1976, num trecho de 225 quilômetros, podem ser alcançadas as malocas próximas aos rios Ajarani e Catrimani.

Em sua maior parte, o território yanomami está coberto por densa floresta equatorial embora existam algumas clareiras de vegetação esparsa. O terreno é, em geral, bastante acidentado, principalmente nas áreas próximas ou junto às serras Parima e Pacaraima, que constituem o divisor de águas que separa as bacias do Amazonas e do Orinoco e que também servem de divisa internacional entre o Brasil e a Venezuela. Em consequência desse relevo acidentado, a maior parte dos rios são muito encachoeirados, o que torna o acesso fluvial a muitas localidades senão impossível, pelo menos extremamente difícil.

Deve-se ressaltar, porém, que dentro desse tipo geral de floresta equatorial, existem vários ecossistemas locais, com características próprias, de acordo com as condições específicas de altitude, composição de solos, sedimentação dos rios, precipitação pluviométrica, etc. Assim, encontramos bastante diferenças de fauna, flora e outros elementos naturais em regiões como, por exemplo, o alto rio Auaris, a serra de Surucucus, o alto rio Catrimani ou o alto rio Negro.

Esse habitat dos yanomami, também conhecido como maciço das Guianas, representa uma das formações geológicas mais antigas do continente sul-americano. Em consequência, os solos são, em sua grande maioria, extremamente pobres e inadequados à agricultura intensiva. Isso significa que quase metade da extensão do território yanomami é considerado como totalmente inadequado à agricultura, pois 11,53% são áreas de capacidade natural baixa; 37,04% muito baixa; 11,29% não significativa e 40,12% de áreas de proteção permanente. Portanto, a área merece atenção especial no sentido de ser permanentemente protegida contra uma utilização indevida, que teria como resultado inevitável o esgotamento irreversível de seus recursos naturais.

Como tirar alimentos da terra sem destruí-la

A invasão do branco às terras dos yanomami tem colocado em risco não só os indígenas, mas também o equilíbrio ecológico da área onde eles vivem. Essa é a preocupação que tem afetado a todos os que, de uma forma ou de outra, tem procurado defender a nação yanomami. A preocupação com o meio-ambiente dá-se em razão do fato de que essas terras, quase a metade da extensão do território yanomami, são consideradas como totalmente inadequadas para a agricultura. Por isso, devem ser protegidas contra o uso indevido que traria resultados catastróficos, com o inevitável esgotamento irreversível de seus recursos naturais.

Entretanto, mesmo em condições de solos tão pobres, os yanomami têm conseguido, durante séculos a fio, extrair uma subsistência perfeitamente satisfatória, sem com isso por em risco o precário equilíbrio ecológico da região. Para conseguir esse resultado, os yanomami (e os demais grupos indígenas da Amazônia) desenvolveram mecanismos de organização que permitem essa feliz combinação de subsistência adequada e conservação dos recursos naturais. Vejamos que mecanismos são esses e como contribuem para o equi-

librio social e ecológico:

a) padrões de assentamento

A delimitação do território yanomami deve levar em conta, necessariamente, sua forma de ocupação da terra. Há uma variação considerável nas habitações yanomami. Na sua maioria, as casas constituem-se em uma grande maloca de forma cônica ou em círculo aberto. Encontram-se grandes malocas isoladamente ou, em tamanhos menores, agrupadas em conjuntos. Já na região do alto rio Auaris e do rio Uricadá, as casas são pequenas, geralmente de duas águas, múltiplas, retangulares dispostas livremente no terreno, sem obedecer a um plano geométrico fixo.

Qualquer que seja seu formato, a casa yanomami, mais comumente, é de 30 a 150 habitantes, embora as maiores possam abrigar até perto de 300 pessoas. Cada casa está dividida em um número variável de compartimentos familiares, que constituem o núcleo doméstico de famílias elementares ou extensas.

As aldeias (que podem ser constituídas por uma ou várias malocas) mantêm entre si intenso contato consolidado por relações



econômicas, matrimoniais, rituais ou de fraternidade. Da movimentação entre aldeias ou de conjuntos de aldeias depende a dinâmica e o equilíbrio da vida econômica e social das comunidades yanomami.

Essa movimentação envolve frequentemente contatos intensos e prolongados entre aldeias que distam de um a cinco dias ou mais, de viagem a pé pela floresta ou, mais raramente, de canoa. Em termos de distância linear, isto equivale a cerca de 10 a 100 quilômetros.

(Na próxima edição, a segunda parte desta série).

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de Boa Vista*

Class.: *112*

Data: *15-22/02/85*

Pg.: _____

FOLHA DE BOA VISTA

Governo retira todos os garimpeiros do Surucucus

Depois de 67 deles terem sido mandados de volta da Serra de Surucucus, cerca de 300 garimpeiros, vindos de diversos pontos do País, reuniram-se em frente ao Palácio 31 de Março, numa manifestação pacífica que visava a abertura do garimpo, na reserva indígena Yanomami, e a solidariedade a José Altino Machado, preso na Penitenciária Agrícola de Boa Vista desde a noite de sábado 16, acusado de perturbar a ordem pública, "como principal responsável pela invasão coletiva na reserva Yanomami". Enquanto isso, um representante dos garimpeiros discutia com o governador Arídio Martins de Magalhães a situação destes em Roraima. Como as conversações não tiveram o resultado esperado pelos garimpeiros, ficou decidido por estes que o garimpo deve ser invadido novamente.

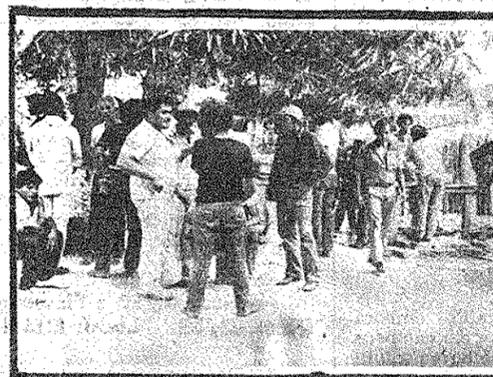
Em assembléia, logo após as conversações com o general Arídio Magalhães, um dos líderes do movimento salientou que "o governador disse que respeita a nossa causa, dá todo o apoio e que, particularmente, tem interesse na abertura do garimpo, só que ele não pode contrariar a decisão do Governo Federal, já que a área Yanomami não é da jurisdição dele". Desta forma, de acordo com o garimpeiro, "a liberação de Surucucus só será possível através de decreto federal".

Quanto à liberação de José Altino Machado, segundo o garimpeiro, o governador disse que nada poderia fazer, já que é uma decisão de juiz federal e foge à sua competência.

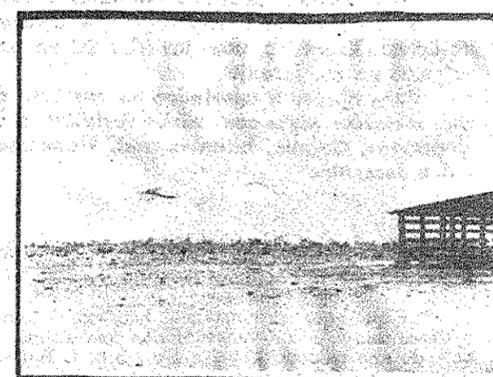
Para o líder dos garimpeiros, "o governador é um dos mais interessados, mas está de mãos amarradas". Ele diz que "isso é o resultado das pressões internacionais e nós podemos fazer o jogo deles". Conforme o garimpeiro, a situação de todos os seus companheiros é desesperadora: sem casa e sem comida, existem propostas diversas. Contudo, tranquiliza: "O nosso movimento é pacífico, não vamos fazer arruaças, queremos é trabalhar numa área que pertence ao Brasil e que não está sendo explorada por nós, brasileiros".

Os garimpeiros decidiram, em assembléia geral, no final da tarde de quarta-feira 20, que não têm outra alternativa: vão mesmo entrar no garimpo de Surucucus de qualquer forma e o único meio, no momento, é entrar de barco. Para isso, pretendem montar um comando do movimento, e uma sede, onde pretendem discutir as questões da categoria e tornar o movimento conhecido e outros níveis. "Vamos entrar no garimpo e vamos ver o que eles nos impedem de fazer."

Depois da reunião de quarta-feira, na casa de "Mineirinho", na avenida Mário Homem de Melo, os garimpeiros decidiram ir até a Penitenciária Agrícola de Boa Vista, onde pretendiam ver o líder José Altino Machado que, segundo informações, não estava bem de saúde. A passeata pela avenida Benjamin Constant foi interrompida pela Polícia Militar, que não permitiu a ida dos garimpeiros até a Penitenciária.



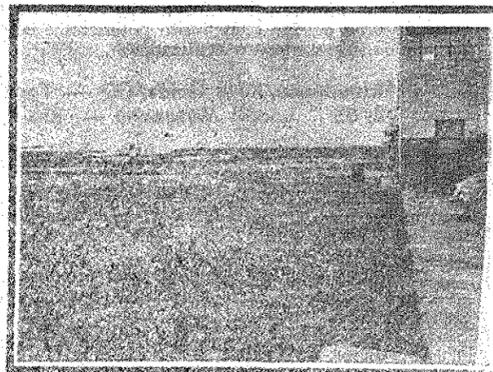
A expectativa entre os garimpeiros era das maiores tendo em vista a possibilidade de garimpar algumas das áreas mais ricas em minério do País.



Nos primeiros dias da operação Surucucus, os aviões decolavam rumo a região levando garimpeiros vindos dos diversos pontos do País.



Na verdade as únicas armas que os garimpeiros levavam eram pás, picaretas, baterias, e muita vontade de trabalhar.



Depois que a Polícia Militar de Roraima desencadeou a operação de proibir a decolagem dos aviões em direção ao Surucucus a tensão aumentou muito tanto entre garimpeiros, polícia e população.

Foram três horas de viagem, comendo poeira e enfrentando no meio da noite uma estrada esburacada, que aos poucos vai se transformando numa trilha onde as armadilhas vão ficando cada vez mais perigosas. Madrugada, 2 horas, a primeira parte da operação estava concluída: 60 garimpeiros percorreram 130 Km e estavam parados às margens do rio Uricóera. No outro lado, uma fazenda, onde, na pista, quatro aviões esperavam para a segunda parte da operação, ou seja, transportar mais uma leva de homens à serra do Surucucus, invadida desde o meio da semana.

Quando o motorista da F-1000 que transportava os alimentos deu o sinal convenicionado, piscando os faróis, não obteve nenhuma resposta do outro lado do rio, onde um barqueiro estava de plantão para proceder à travessia. Naquele momento os responsáveis pela primeira fase da operação desconfiaram que alguma coisa havia falhado. O barqueiro atravessou no escuro os cerca de 100 metros de largura do Uricóera e trouxe a informação: os quatro aviões, estacionados na Fazenda do pecuarista José Ferreira, estavam cercados pela polícia, armados de metralhadora. A ordem era não permitir que nenhum deles levantasse vôo.

Imediatamente começaram a serem estudadas novas alternativas. Uma delas, seria o deslocamento dos garimpeiros para outra pista, em uma fazenda da região. Aos poucos a estratégia da operação foi sendo revelada: como há várias pistas nas proximidades, novos aviões chegariam para o transporte, mas desta vez, em ficarem concentrados numa só fazenda. Os alimentos seriam divididos para os vários grupos. E assim começou a ser feito ali mesmo, às margens do Uricóera. O restante foi trazido de volta a Boa Vista e deixado na casa do piloto "Mineirinho", que estava trabalhando na operação junto com seu irmão, conhecido por "Goiano".

Quem estava comandando a operação é José Altino Machado, dono de vários aviões. Junto com o advogado Tito Rocha Filho e uma mulher conhecida por Raquel, ele montou seu quartel

geral no Hotel Tropical, mas passou a ser procurado pela polícia, com ordem, expressas do governador Arídio Magalhães para que fosse detido e impedido de deixar Boa Vista. Na noite de sexta-feira Altino tentou atravessar a barreira policial na estrada do Alto Alegre, por onde se chega à fazenda de José Ferreira. Mas o advogado, que vinha cuidando de toda a segurança da operação, o convenceu de que seria impossível atravessar.

A equipe que comandava a operação aceitou a presença da reportagem na viagem ao Surucucus sem impor qualquer condição. Uma equipe independente de televisão de Manaus, convidada por José Altino, também estava na operação, mas acabou sofrendo um acidente no meio da estrada: a pic-up capotou e o repórter, cujo nome não foi revelado, acabou tendo de ser internado no Hospital Coronel Mota, em Boa Vista, com um dos braços fraturados.

A invasão do Surucucus é uma medida que vem sendo defendida há muito tempo pela população garimpeira, que vê na extração do minério a melhor saída, a curto prazo para a solução dos seus problemas econômicos. Muitos garimpeiros vieram para Boa Vista, o que confirma que a notícia da invasão causou os efeitos que os responsáveis por ela queriam: atrair a atenção para a região e assim ganhar maior apoio para a criação de um problema social e transformar o Surucucus numa nova Serra Pelada.

A antropóloga e fotógrafa Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão Pró-Criação do Parque Yanomami, e a advogada da emissão, Eunice Paiva, mandaram um telegrama ao presidente eleito Tancredó Neves: "Muito preocupadas e acreditando num governo democrático, solicitamos a V. Excia. pronunciar-se em favor da não violação das terras indígenas Yanomami e da retirada imediata dos invasores conforme artigo 193 da Constituição". Para Cláudia, o que está ocorrendo é uma violação à ordem do ministro Andreazza, que interditou a área em 1982, o que poderá provocar um genocídio na região.

Fazendeiro queima casa e índios revidam

Terminada a retirada dos garimpeiros que invadiram o Surucucus, as atenções das autoridades voltam-se agora para o Norte do Território, onde um conflito entre índios macuxi e um fazendeiro poderá acabar em luta. Até agora, a Polícia Federal e a Funai só acompanham o caso, sem adotar nenhuma providência prática. Segundo os índios, o fazendeiro já teria sido ouvido, o mesmo ocorrendo com alguns tuxauas da região, mas o problema continua.

Tudo começou no dia 12 deste mês, na maloca Wilimond, região do rio Ailá, na fronteira com a Guiana Inglesa. Francisco Batista, filho do fazendeiro Rodrigues Batista, tocou fogo na casa de um índio que estava se mudando para assumir o posto de encarregado da criação comunitária de porcos e gado. Em represália, os índios decidiram dar o troco e também queimaram a casa de Francisco.

Na terça-feira pela manhã vários tuxauas estiveram reunidos em Boa Vista para preparar um documento que está sendo enviado às autoridades federais. A reunião compareceram os tuxauas Jaci (Maturuca), Luiz (Pioiho), Anísio (Maracanã), Orlando (Uiramutã), Juscelino (Monte Muirá), e Domingos (Camararem), enquanto que os demais permaneceram nas outras várias malocas, com receio de represália do fazendeiro.

Segundo Jaci, o problema vem ocorrendo já há três anos. Afirmou que Rodrigues já havia queimado quatro casas e nesta última, a quinta, não poupou nem mesmo os mantimentos que o índio havia depositado durante a mudança. Jaci lembrou que os índios nunca reagiram, pois sempre procuraram contemporizar, já que vêm procurando manter uma convivência pacífica com os brancos. Mas agora perderam a paciência e resolveram revidar.

Jaci revelou que no dia 12 um índio da maloca Wilimond, do tuxaua Alzindo, estava fazendo a mudança para a casa do retiro quando viu a fumaça. Correu para lá mas a casa já estava toda tomada pelas chamas e não conseguiu nem mesmo salvar a comida que havia depositado. Relatou o fato ao tuxaua e este reuniu-se com os demais, quando ficou decidido que devolveriam a agressão com a mesma moeda. Avisaram a Rodrigues, que no dia seguinte iriam tocar fogo na casa de Francisco. No dia 13, pela manhã, deram vinte minutos para que ele retirasse todos os seus pertences de dentro da casa e até o ajudaram a carregar tudo para fora. Só então é que incendiaram o imóvel.

O tuxaua da maloca Maturuca conta que a Polícia Federal esteve no local, fez um levantamento, ouviu os envolvidos mas até agora não adotou nenhuma decisão, nem mesmo revelando aos índios o teor do inquérito. Segundo ele, a informação da PF é de que o mesmo será levado ao conhecimento da Funai e se os índios quiserem saber algo devem dirigir-se posteriormente ao órgão. Contra o fazendeiro, autor de várias agressões, nenhuma medida foi tomada até agora e isso, segundo Jaci, está criando um clima tenso na região do Maú, pois a invasão das terras indígenas está fazendo com que as malocas fiquem cada vez mais com menos terra para poderem

trabalhar, enquanto que a população cresce a cada ano.

Outra denúncia de Jaci, em nome dos tuxauas, fazendeiros inescrupulosos estão fazendo várias benfeitorias na região para poder entrar com o pedido de titulação. Depois, se os índios querem retomar a área, são obrigados a pagar indenização, o que ele considera um absurdo, pois "não tem cabimento índio precisar comprar a terra que é dele". Jaci quer uma atitude mais enérgica por parte das autoridades, já que, com as constantes invasões, os índios vão acabar sendo expulsos de suas terras e certamente vão morrer de fome ou ter de se sujeitar a trabalhar para fazendeiros em suas próprias terras.

Quinó

Outro problema levantado na reunião dos tuxauas: a Companhia de Desenvolvimento de Roraima — CODESAIMA, invadiu as terras da maloca do Pioiho, levando para lá maquinário para extração de minério. Segundo os índios, ninguém consultou ou apresentou algum pedido para fazer o serviço e isso está criando um grave problema social. Para os tuxauas, os pequenos garimpos que as malocas exploram comunitariamente funcionam como uma espécie de poupança: quando eles precisam de recursos, numa hora de aperto, reúnem-se em mutirão e recolhem estritamente o necessário para as despesas. Para isso, foram demarcadas várias áreas onde há ocorrência de ouro e todas as malocas sabem exatamente onde ficam os garimpos. Como a CODESAIMA invadiu a região, localizada na Serra Verde, e está fazendo a extração mecanizada, os índios terão de buscar novos locais e isso poderá demorar muito tempo. Esse problema, dizem os índios macuxi, pode causar sérias consequências, pois se eles precisarem de recursos não terão de onde tirar, até que outros garimpos sejam preparados.

Os macuxi são hoje em torno de 8.500, concentrados na região entre os rios Maú e Cotingo, no Norte de Roraima, na divisa com a Guiana Inglesa. Eles têm suportado pacificamente a invasão de suas terras, procurando manter um bom relacionamento com os invasores, e até aprendendo as técnicas de cultivo e criação de animais para substituir a caça e a pesca, hoje já quase extinta, na região. Dentro desse sistema, os macuxi plantam arroz, feijão, milho, mandioca e outras variedades, além de criar gado, porcos e aves, para sustentar as famílias que, a cada ano, são em número maior. Mas, à medida em que os brancos começam a estreitar a faixa de terra indígena, eles começam a inquietar-se. Segundo os tuxauas, se as autoridades não tomarem uma decisão rápida a breca a invasão, os índios vão acabar tendo somente duas opções: ou saem da reserva e vão mendigar e morrer de fome ou se sujeitam a trabalhar e serem explorados pelos fazendeiros. Por isso não entendem: ao invés do governo ajudá-los, impedindo que os fazendeiros tomem suas terras, faz justamente ao contrário e, sem nenhum aviso ou negociação, permite que uma companhia como a CODESAIMA leve para lá suas máquinas e agrida a reserva, inclusive tomando os pequenos garimpos que mantinham como uma estratégica opção para sustento de sua já exaurida economia.